



BOCA DE SIRI

Aliados de JHC
silenciam após
operação da PF no
Iprev de Maceió



PAI E FILHO FARISEUS

Cabo Beбето é
ridicularizado
nas redes sociais
e desafiado a
mostrar o que fez
em dois mandatos

Internautas questionam projetos
entregues por deputado e chamam
filho de ‘pivete’ nas redes sociais.



INFRATOR

Postagem com “JHC rumo ao
governo do estado” ultrapassou,
segundo a Justiça Eleitoral, os
limites da pré-campanha

JHC larga
antes da hora
e TRE-AL
mantém multa
por propaganda
antecipada



CONFUSÃO MONETÁRIA

TRE-AL desaprova
contas do PSDB
de Alagoas e
manda devolver
R\$ 345 mil



Irregularidades atingiram
R\$ 412,8 mil, o equivalente
a 57,46% de toda a
movimentação financeira

DEMOCRACIA

Confira o passo
a passo de como
pedir o voto em
trânsito antes do
prazo se encerrar



Habilitação para fora do
domicílio eleitoral pode ser feita
até o dia 20 de agosto, pela
internet, em poucos minutos



“ Qual é,
de fato, o
resultado do
mandato de
Cabo Beбето
para os
alagoanos? ”

CONCHAVO

Ravena Grazyelle trabalhou no gabinete do deputado até julho de 2024

Ex-assessora de Gaspar virou vice-prefeita de
cidade que recebeu R\$ 6,2 mi em emendas Pix



EDITORIAL

PALAVRA DO EDITOR

O mandato na vitrine

Cabo Beбето construiu sua imagem política sobre uma bandeira clara: segurança pública. É justamente por isso que a cobrança nas redes sociais ganhou força. Depois de dois mandatos, internautas passaram a perguntar o que, além de discursos, embates e publica-ções, ficou de concreto para a população e para a categoria que o parlamentar diz representar.

A pergunta é simples e desconfortável: quais projetos saíram do papel? Quais propostas viraram realidade? Que mudanças podem ser atribuídas diretamente ao trabalho do deputado? Em política, discurso rende

manchete, postagem gera engajamento e confronto produz audiência. Mas mandato precisa sobreviver quando a tela apaga.

As críticas são manifestações individuais e não representam, por si só, a opinião da maioria dos policiais ou dos alagoanos. Ainda assim, atingem justamente o ponto mais sensível da trajetória de Beбето: a distância entre a imagem construída e aquilo que pode ser apresentado como entrega.

O parlamentar pode responder com fatos. E talvez essa seja a

resposta mais eficiente. Depois de oito anos, não faltam tempo nem espaço para apresentar um balanço. Se há conquistas, que apareçam. Se existem projetos relevantes, que sejam mostrados. Se os resultados são expressivos, melhor ainda.

O mandato está na vitrine. Agora, o eleitor quer olhar além da embalagem.



COLUNISTAS

VONEY MALTA

DC identifica espaço para João Caldas na disputa pelo Senado em Alagoas

Depois de retornarem de São Paulo, João Caldas e Eudo Freire já visitaram 18 municípios alagoanos.

Por onde passaram, avisaram que Caldas vai disputar uma das duas vagas ao Senado. Segundo interlocutores do Democracia Cristã, a reação tem sido positiva.

A avaliação entre dirigentes do partido é que, com Alfredo Gaspar (PL) na condição de candidato a vice-presidente na chapa de Flávio Bolsonaro (PL), abre-se espaço para uma terceira opção.

A leitura é de que parte do eleitorado não quer votar nem em Arthur Lira (PP/ União Brasil) nem em Renan Calheiros (MDB).

Essa avaliação também leva em conta a definição sobre a candidatura de Davi Davino (Republicanos), cujo futuro político vem sendo disputado em Brasília pelas principais lideranças de Alagoas.

Perguntei a Eudo Freire, presidente do DC em Alagoas, quem poderia impedir a candidatura de João Caldas ao Senado.

“Só há uma pessoa, que é o presidente

nacional do DC, que é o próprio João Caldas”, respondeu.

As atas da convenção do Democracia

Cristã serão encaminhadas à Justiça Eleitoral com todos os candidatos nos últimos minutos do dia 15.



EXPEDIENTE

Wellington Sena
Diretor
artsenna10@gmail.com

Fernando Oliveira
Editor Geral
fernand.oliveira1985@hotmail.com

Adriano Ramos
Departamento Jurídico
adrianoramos34@hotmail.com

O jornal A Notícia Alagoas é uma publicação diária - Endereço para correspondência: Av Comendador Gustavo Paiva, N 2789 - Sala 25 - CNPJ: 14.743.012/0001-10 Fone: (82) 99907-9975

WWW.ANOTICIAALAGOAS.COM.BR

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião deste jornal.



A NOTÍCIA

INFORMAÇÃO QUE FORMA.
JORNALISMO QUE TRANSFORMA.

NÃO SOMOS
PERFIS.
SOMOS
CONTEÚDO.



Enquanto as redes
vendem versões,
os jornais
entregam fatos.



Não publicamos o que
viraliza — divulgamos
o que importa.



O que incomoda
interesses, fortalece
a sociedade.



Menos ruído.
Mais apuração.



SAIA DAS
REDES.



LEIA
JORNAIS.



ENTENDA A
REALIDADE.

Em um mundo de opiniões rápidas e informações rasas,
o jornalismo profissional é o que conecta você à realidade.

Valorize quem apura. Valorize quem informa. Valorize o jornal.



A NOTÍCIA

INFORMAÇÃO QUE FORMA.
JORNALISMO QUE TRANSFORMA.

PAI E FILHO FARISEUS

Internautas questionam projetos entregues por deputado e chamam filho de ‘pivete’ nas redes sociais

Cabo Bebeto é ridicularizado nas redes sociais e desafiado a mostrar o que fez em dois mandatos



A atuação do deputado estadual Cabo Bebeto voltou a ser questionada nas redes sociais, principalmente em publicações relacionadas à segurança pública. Internautas passaram a cobrar resultados concretos do mandato e a confrontar o discurso adotado pelo

a publicação, colocando a efetividade do mandato no centro da discussão. Cabo Bebeto mantém forte atuação política nas pautas relacionadas à segurança pública e aos profissionais do setor. É justamente essa identificação com a categoria que aparece nas críticas compartilhadas nas redes. Entre os comentários, uma das manifestações resume a insatisfação do autor da postagem: “Muito discurso, pouca ação. O PM que nunca moveu uma palha pela categoria, só lero-lero”.

Outras manifestações recorreram à ironia e passaram a utilizar a expressão “Fantástico Mundo de Bebeto” ao se referirem ao deputado. A provocação é utilizada por críticos para questionar o contraste que enxergam entre discursos, promessas e embates políticos travados pelo parlamentar e os resultados efetivamente alcançados. A cobrança também mira a forte presença política nas redes sociais. “Discurso e postagem nas redes sociais não deveriam ser suficientes.

Mandato também se mede por resultado”, afirma uma das manifestações que acompanham os questionamentos. O debate termina colocando uma pergunta diretamente ao parlamentar: “Cabo Bebeto tem entregado o que o eleitor esperava ou está na hora de prestar contas?”. As críticas compartilhadas representam manifestações



“Qual é, de fato, o resultado do mandato de Cabo Bebeto para os alagoanos?”



“Quais projetos saíram do papel? O que mudou na vida da população?”



“Muito discurso, pouca ação. O PM que nunca moveu uma palha pela categoria, só lero-lero.”

parlamentar em defesa dos policiais com aquilo que consideram falta de avanços para a categoria. “Qual é, de fato, o resultado do mandato de Cabo Bebeto para os alagoanos?”, questionou um internauta ao levantar a discussão sobre a atuação parlamentar. A cobrança avançou para pontos mais objetivos. “Quais projetos saíram do papel? O que mudou na vida da população? Quais resultados podem ser apresentados?”, diz



“Discurso e postagem nas redes sociais não deveriam ser suficientes. Mandato também se mede por resultado”



individuais de internautas e não permitem afirmar, sem levantamento específico, que expressem a posição da totalidade ou da maioria dos policiais militares de Alagoas. Da mesma forma, as publicações não constituem, isoladamente, uma avaliação completa da produção legislativa do deputado. Ainda assim, a repercussão concentra as cobranças justamente no campo em que Cabo Bebeto construiu parte significativa de sua identidade política. Até o filho de Bebeto, o vereador Caio Bebeto foi colocado na pauta, com alguns comentários chamando ele de “pivete”.

CONCHAVO

Ravena Grazyelle trabalhou no gabinete do deputado até julho de 2024

Ex-assessora de Gaspar virou vice-prefeita de cidade que recebeu R\$ 6,2 mi em emendas Pix



A relação entre o deputado federal Alfredo Gaspar (PL-AL) e a administração de São José da Laje ganhou um novo elemento em meio aos questionamentos sobre R\$ 6,2 milhões destinados pelo parlamentar ao município

por meio das chamadas emendas Pix. Ravena Grazyelle Valença Caldeira de Araújo, atual vice-prefeita da cidade, trabalhou no gabinete de Gaspar na Câmara dos Deputados antes de assumir o cargo eletivo.

A informação foi levantada pelo deputado federal Glauber Braga (PSOL-RJ) a partir de dados públicos da Câmara e divulgada nas redes sociais nesta terça-feira (11). Segundo os registros apresentados, Ravena foi nomeada secretária parlamentar de Alfredo Gaspar em 8 de fevereiro de 2023, no nível SP25, permanecendo na função até 4 de julho de 2024.

Após deixar o gabinete, Ravena tornou-se vice-prefeita de São José da Laje. Pouco mais de duas semanas depois de sua saída da equipe parlamentar, em 23 de julho de 2024, Paulo Henrique Caldeira e Silva foi nomeado secretário parlamentar de Gaspar, também no nível SP25. Conforme os dados citados, ele permanece no gabinete em 2026.

Glauber utilizou os registros para questionar a posição de Alfredo Gaspar sobre os problemas identificados na aplicação das emendas destinadas ao município. O deputado alagoano sustenta que a indicação dos recursos ocorreu regularmente e que a execução das verbas e a respectiva prestação de contas são responsabilidades da administração municipal beneficiada.

Os R\$ 6,2 milhões foram destinados por Gaspar a São José da Laje em 2024 através

de transferências especiais, modalidade popularmente conhecida como emenda Pix. A utilização desses recursos posteriormente entrou no escopo de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU).

De acordo com as informações do relatório do TCU citadas na reportagem, parte dos recursos deixou a conta bancária específica vinculada à emenda e foi movimentada para outras contas da Prefeitura. Para a auditoria, a movimentação prejudicou a rastreabilidade do dinheiro.

O Tribunal também apontou ausência do relatório de gestão exigido no sistema Transfere-gov. Segundo a auditoria, as situações encontradas impediram a comprovação do destino final dos valores e dificultaram o acompanhamento dos gastos, não sendo possível verificar se o dinheiro foi utilizado de acordo com as regras previstas para as transferências.

A existência de uma ex-assessora de Gaspar na atual administração de São José da Laje, contudo, não comprova participação do deputado em eventual irregularidade na execução dos recursos. O dado demonstra uma relação político-administrativa anterior entre o gabinete do parlamentar e a atual vice-prefeita e passou a ser utilizado por Glauber Braga para contestar o argumento de distanciamento entre Gaspar e a gestão beneficiada pelas emendas.

Alfredo Gaspar, atualmente candidato a vice-presidente na chapa de Flávio



Bolsonaro, já afirmou que a destinação das emendas ocorreu dentro da regularidade. Segundo sua posição, depois da transferência, compete ao município executar os recursos e prestar contas sobre sua utilização.

INCOERÊNCIAS

Homem que levou denúncia a parlamentares acusou deputado, depois afirmou que houve uma armação

Versões contraditórias colocam sob suspeita origem de acusação contra Alfredo Gaspar

A origem da grave acusação de estupro de vulnerável contra o deputado federal Alfredo Gaspar (PL-AL), candidato a vice-presidente na chapa de Flávio Bolsonaro (PL), passou a ser cercada por dúvidas após o homem apontado como responsável por levar a história a parlamentares apresentar versões contraditórias ao longo dos últimos meses. As mudanças de relato de Luiz Antônio Lopes foram reveladas em reportagem da Folha de S.Paulo.

O caso começou a ganhar dimensão política durante a CPMI do INSS. Lopes é apontado como a pessoa que procurou o deputado Lindbergh

Farias (PT-RJ) e a senadora Soraya Thronicke (PSB-MS) afirmando que Gaspar teria estuprado e engravidado uma adolescente. Na ocasião, ele teria dito possuir provas e contatos da suposta vítima. A denúncia foi posteriormente levada à Polícia Federal pelos parlamentares.

Pouco depois, porém, o próprio denunciante mudou radicalmente sua narrativa. Em abril, Lopes procurou o gabinete de Alfredo Gaspar e declarou à Polícia Legislativa da Câmara que o deputado teria sido vítima de uma armação. Segundo essa nova versão, uma mulher teria recebido dinheiro para afirmar a uma jornalista que havia sido estuprada por Gaspar aos 13 anos e que uma criança teria nascido em consequência do suposto crime.

A reviravolta ganhou ainda um componente político: uma semana depois de prestar o depoimento no qual apontou a suposta armação, Luiz Antônio Lopes filiou-se ao PL, mesmo partido de Alfredo Gaspar e de Flávio Bolsonaro.

Meses depois, a história sofreu outra mudança. Procurado pela Folha na semana passada, Lopes voltou a acusar Gaspar e afirmou que apresentaria provas. De acordo com a reportagem, contudo, nenhuma comprovação foi apresentada. Ele disse manter contato com a suposta vítima, atualmente com 22 anos, mas forneceu apenas primeiros nomes atribuídos à mulher e à criança e não apresentou elementos que comprovassem a existência delas ou o crime alegado.

Nesta terça-feira (11), houve uma nova alteração. Lopes voltou a falar em armação contra Gaspar e afirmou que uma mulher supostamente contratada para participar do caso faria um vídeo contando “a verdade”. Apesar da sequência de relatos divergentes, ele negou ter mudado sua versão.

As contradições passaram a fazer parte de um caso que já chegou ao Supremo Tribunal Federal. A Polícia Federal pediu em abril a abertura de investigação sobre a acusação contra Alfredo Gaspar. O procedimento passou pela análise do



Luiz Antônio Lopes acusou o deputado federal de ter estuprado e engravidado uma adolescente

ministro Gilmar Mendes e da Procuradoria-Geral da República. O depoimento prestado por Lopes à Polícia Legislativa também foi encaminhado ao STF.

BOCA DE SIRI

Fábio Costa, Leonam Pinheiro e Cabo Bebeto, conhecidos por discursos de combate à corrupção, não se manifestaram publicamente

Aliados de JHC silenciam após operação da PF no Iprev de Maceió

O silêncio de parlamentares aliados de JHC, ex-prefeito de Maceió e candidato ao Governo de Alagoas, diante da operação da Polícia Federal envolvendo o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Maceió (Iprev) chama atenção pelo contraste com o discurso adotado pelo grupo em outros episódios políticos. Deputados como Fábio Costa, Leonam Pinheiro e Cabo Bebeto, que frequentemente adotam posições públicas contundentes em casos envolvendo suspeitas de

irregularidades e corrupção, não apresentaram, até o momento considerado, manifestações públicas sobre a investigação que alcançou a previdência dos servidores municipais. A Polícia Federal, com apoio da Controladoria-Geral da União (CGU), cumpriu oito mandados de busca e apreensão no âmbito da investigação sobre possíveis irregularidades relacionadas à aplicação de recursos do Regime Próprio de Previdência Social de Maceió em letras financeiras emitidas por instituição financeira privada. Segundo a própria PF, a investigação tem como objeto duas aplicações realizadas em 2023 e 2024, que somaram R\$ 97 milhões. Os investigadores buscam esclarecer as circunstâncias do credenciamento, da cotação, da análise de risco, da governança e da tomada de decisão que antecederam os investimentos. A corporação informou ainda que apura

possível prática de gestão fraudulenta, sem prejuízo da investigação de outros eventuais delitos conexos. A operação atingiu uma área sensível da administração municipal por envolver recursos destinados ao sistema previdenciário dos servidores de Maceió. O episódio também repercute politicamente porque as aplicações investigadas ocorreram durante a gestão de JHC à frente da Prefeitura. Apesar disso, os três parlamentares aliados citados não adotaram, até agora, o mesmo protagonismo observado em episódios envolvendo adversários políticos. A ausência de manifestações públicas sobre o caso abre espaço para questionamentos sobre os critérios utilizados pelo grupo para cobrar esclarecimentos e transparência diante de investigações envolvendo recursos públicos. Isso não significa atribuir aos parlamentares responsabilidade pelas aplicações investigadas

nem antecipar conclusão sobre a existência de crime no Iprev. A investigação está em andamento e cabe às autoridades determinar responsabilidades individuais. A questão política está no contraste entre a postura pública habitual dos deputados e o silêncio diante de um episódio envolvendo uma administração pertencente ao mesmo campo político. O caso também ocorre em meio à campanha estadual, na qual JHC disputa o Governo de Alagoas. Com a investigação da PF alcançando decisões tomadas durante sua administração em Maceió, a postura dos aliados passa a integrar o debate político sobre o episódio.



INFRATOR

Postagem com “JHC rumo ao governo do estado” ultrapassou, segundo a Justiça Eleitoral, os limites da pré-campanha

JHC larga antes da hora e TRE-AL mantém multa por propaganda antecipada

O Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE-AL) manteve a condenação de JHC por propaganda eleitoral antecipada positiva após uma publicação nas redes sociais projetá-lo para a disputa pelo Governo de Alagoas antes do período permitido pela legislação. A punição é de R\$ 5 mil. O PSDB de Alagoas, partido de JHC, também teve mantida multa individual no mesmo valor. O processo nasceu de uma representação apresentada pelo MDB contra uma postagem

publicada no Instagram em 16 de abril. O conteúdo apareceu no perfil @jhcdepovo, em formato de colaboração com @profbunobarras, e registrava uma reunião política realizada na sede do PSDB. A legenda dizia “JHC rumo ao governo do estado”, enquanto apoiadores apareciam usando botons com a inscrição “JHC por toda Alagoas”. Para o TRE-AL, a publicação passou da fronteira entre a movimentação política permitida na pré-campanha e a propaganda eleitoral antecipada. A Corte considerou o conjunto da postagem: a associação direta do nome de JHC ao cargo de governador, os botons, a identidade visual partidária, a mobilização de apoiadores e, principalmente, a exposição do conteúdo em uma rede social aberta. A tentativa da defesa de apresentar “JHC



rumo ao governo do estado” como uma frase meramente prospectiva não convenceu a maioria do Tribunal. O entendimento foi de que, naquele contexto, a mensagem não se limitava a informar uma possível candidatura, mas projetava JHC perante o eleitorado como postulante ao Palácio República dos Palmares. A ausência das palavras literais “vote em” também não foi suficiente para afastar a irregularidade. Outro ponto pesou diretamente contra JHC. A postagem não simplesmente circulou em um perfil de terceiro: o político aceitou a publicação no formato “collab” do Instagram, fazendo com que o conteúdo fosse incorporado ao próprio perfil oficial. Para a Justiça Eleitoral, quem aceita voluntariamente uma publicação, incorpora o material ao próprio perfil e interage

com ele pratica ato positivo de divulgação, ainda que não tenha sido responsável pela redação original da legenda. JHC e o PSDB tentaram derrubar as condenações alegando que a manifestação estava protegida pelas regras da pré-campanha. Sustentaram ainda que “JHC por toda Alagoas” seria apenas um slogan de identificação política e que aceitar uma colaboração no Instagram não equivaleria à autoria intelectual da publicação. Os argumentos não foram suficientes para reverter o resultado.

CONFUSÃO MONETÁRIA

Irregularidades atingiram R\$ 412,8 mil, o equivalente a 57,46% de toda a movimentação financeira

TRE-AL desaprova contas do PSDB de Alagoas e manda devolver R\$ 345 mil

O Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE-AL) desaprovou as contas do Diretório Estadual do PSDB relativas ao exercício financeiro de 2023 e determinou o recolhimento de R\$ 345.565,69 ao Tesouro Nacional. A decisão foi tomada por unanimidade e publicada no Diário da Justiça Eletrônico desta quarta-feira, 12.

O julgamento identificou irregularidades financeiras que somam R\$ 412.810,37, correspondentes a aproximadamente 57,46% dos R\$ 718.387,68 movimentados pelo partido naquele exercício. Do total considerado irregular, R\$ 345,5 mil correspondem a

recursos públicos que deverão ser devolvidos aos cofres públicos. Outros R\$ 67,2 mil referem-se a obrigações a pagar sem documentação fiscal, valor que comprometeu as contas, mas não foi incluído no montante a ser restituído.

Entre os problemas apontados estão despesas sem comprovação suficiente com serviços contábeis e advocatícios, publicidade, locação de imóveis, viagens, eventos, veículos e combustíveis. Segundo o acórdão, a ausência de contratos, relatórios e outros documentos impediu, em diferentes casos, a identificação das atividades efetivamente realizadas e dos beneficiários dos pagamentos.

A Justiça Eleitoral também identificou pagamentos realizados por meio de cheques avulsos, com saques em espécie e sem identificação dos beneficiários finais. Para o TRE-AL, a prática comprometeu a rastreabilidade da movimentação financeira e dificultou a fiscalização sobre o destino dos recursos públicos.



MONTANTE

Justiça Eleitoral também identificou pagamentos realizados por meio de cheques avulsos

R\$ 80 mil em publicidade e R\$ 81 mil em serviços contábeis e jurídicos

A decisão detalha os R\$ 345.565,69 que deverão ser recolhidos ao Tesouro Nacional. Entre os maiores valores estão R\$ 81.258 em

serviços contábeis e advocatícios, R\$ 80 mil em publicidade e produção audiovisual, R\$ 42.492,81 em locação de imóveis e R\$ 37.800 em serviços prestados por pessoa física.

Também foram contabilizados R\$

32.373,75 em despesas que beneficiaram candidatos de outras agremiações e R\$ 31.471,25 em pagamentos sem identificação dos beneficiários. Há ainda R\$ 13.080,48 referentes a viagens e eventos, R\$ 9.963,93

em combustíveis, R\$ 7.419,13 em adiantamentos e despesas antecipadas não baixadas e R\$ 3.226,28 em locação de veículos.

SEM REPRESENTATIVIDADE

PSDB teve oportunidades para sanar as irregularidades, mas as falhas consideradas essenciais permaneceram

Dinheiro destinado às mulheres pagou penalidade judicial

Outro ponto destacado pelo TRE-AL envolve recursos que deveriam ser utilizados para promover a participação feminina na política.

Segundo a decisão, R\$ 5.632 de recursos vinculados a essa finalidade foram empregados no pagamento de uma penalidade judicial. O Tribunal considerou que houve desvio da finalidade legal e determinou a restituição do valor.

Além disso, foram identificados R\$ 27.436,50 mantidos na conta específica destinada à promoção da participação política das mulheres sem que houvesse sua efetiva aplicação. O TRE determinou que esse dinheiro permaneça vinculado e seja efetivamente

empregado em ações destinadas à finalidade prevista pela legislação.

Para a Corte, os problemas encontrados não poderiam ser tratados como falhas meramente formais. O acórdão registra despesas de elevada expressão sem comprovação da execução, pagamentos sem identificação dos destinatários, falta de rastreabilidade e utilização de recursos públicos para finalidades consideradas incompatíveis com a legislação eleitoral.

O documento registra ainda que o PSDB teve oportunidades para sanar as irregularidades e complementar a documentação, mas as falhas consideradas essenciais permaneceram. Conforme o relatório, apesar de regularmente intimado, o partido também não apresentou razões finais no processo.

Além da devolução de R\$ 345.565,69, o TRE-AL aplicou multa de 10% sobre esse montante, equivalente a R\$ 34.556,57. A Corte também determinou a aplicação dos R\$ 27.436,50 nas ações voltadas à participação política feminina e a realização



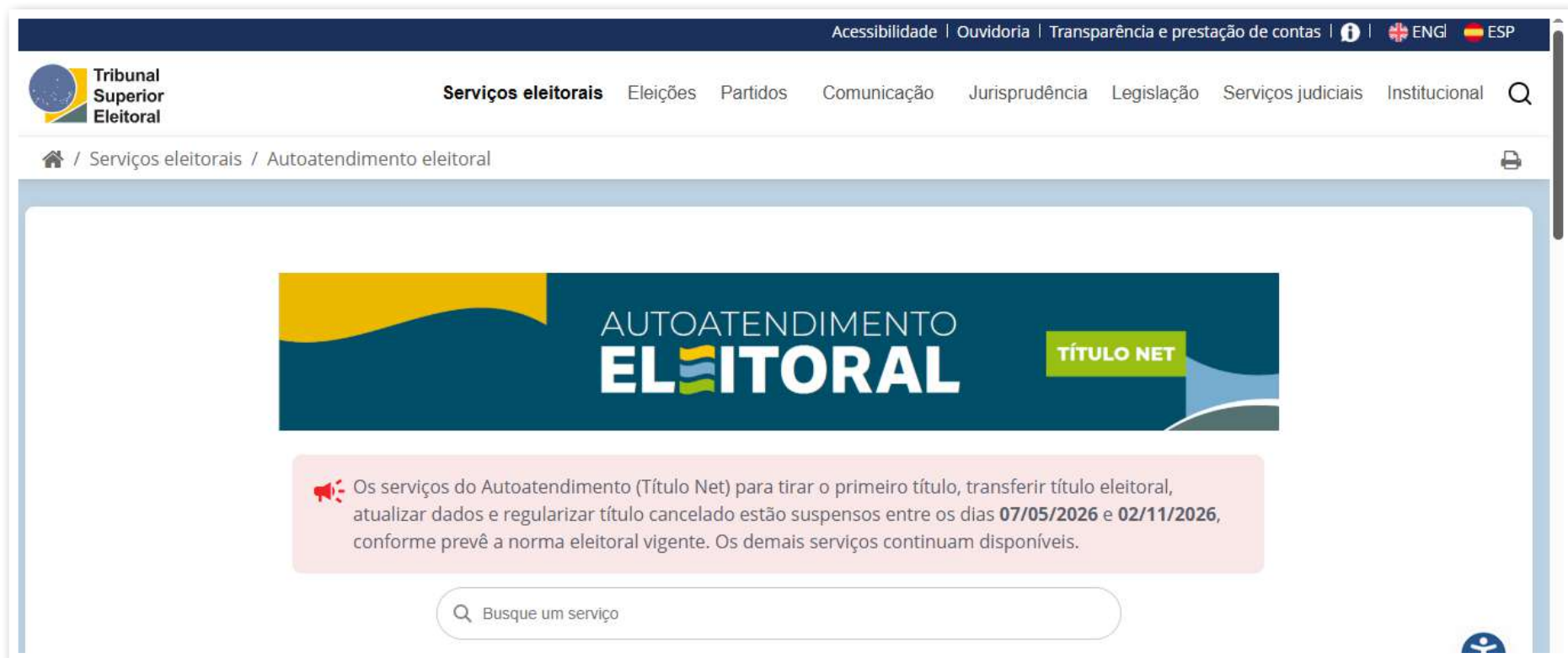
dos ajustes contábeis indicados no processo.

O julgamento ocorreu em 6 de agosto. Embora a desaprovação tenha sido unânime, três desembargadores divergiram especificamente sobre R\$ 36 mil em honorários advocatícios pagos ao escritório Pontes, Marinho e Vasconcellos

Advogados Associados, por entenderem que a despesa estava comprovada por contrato juntado aos autos. O presidente do Tribunal proferiu voto de minerva sobre o ponto.

DEMOCRACIA

Habilitação para fora do domicílio eleitoral pode ser feita até o dia 20 de agosto, pela internet, em poucos minutos



Confira o passo a passo de como pedir o voto em trânsito antes do prazo se encerrar

Milhares de pessoas trabalham, estudam ou viajam para outras cidades e estados ao longo do ano e podem estar fora do município onde votam no dia da eleição.

Para essas pessoas, a Justiça Eleitoral garante o voto em trânsito, mecanismo que permite transferir temporariamente o local de votação sem perder o direito de participar do pleito. Pensando nisso, a campanha 'Meu Voto em Trânsito' reúne as informações necessárias para que o eleitorado saiba como funciona a solicitação e não perca o prazo, que vai até 20 de agosto.

“A campanha Meu Voto em Trânsito é um serviço de utilidade pública. Muita gente ainda não sabe que pode votar e exercer sua cidadania mesmo estando fora de seu domicílio eleitoral”, afirma Maria Cristina Aureliano, coordenadora executiva do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, uma das instituições parceiras da mobilização.

Ela reforça que, principalmente entre as capitais da região Nordeste e cidades do interior, a mobilidade de trabalhadores e estudantes torna o tema ainda mais urgente. “É fundamental



que essa informação chegue rapidamente à população, pois o prazo é curto para que eleitoras e eleitores possam transferir provisoriamente seu local de votação para esta eleição.”

Bruna Galvão, diretora de Estratégia Aurora Lab, também instituição parceira da campanha, destaca que a solicitação ficou mais simples neste ano. “A novidade des-te ano é que a solicitação pode ser feita totalmente online, pelo site do TSE, o que facilita muito a adesão. É rápido, simples e dá para fazer até pelo celular.”

Quem pode solicitar

Pode pedir a habilitação para o voto em trânsito quem estiver com a situação regular no cadastro eleitoral, ou seja, sem título cancelado ou suspenso. A votação em trânsito só ocorre em anos de eleições gerais e apenas nas capitais e em municípios com mais de 100 mil eleitores. A lista de cidades habilitadas fica disponível no site da

campanha.

É importante lembrar dos limites da modalidade quanto aos cargos. Quem transferir o voto para outra cidade dentro do mesmo estado pode votar para presidente, go-vernador, senador, deputado federal e deputado estadual. Já quem for votar em um estado diferente daquele em que possui domicílio eleitoral só poderá votar para presidente da República.

Passo a passo da solicitação

A habilitação pode ser feita de duas formas. Pela internet, o pedido é feito no Auto-atendimento Eleitoral, no site do TSE (<https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral/#/>), na opção “Fazer transferência temporária de local de votação”, disponível para quem já tem biometria cadastrada. Quem pre-fere o aplicativo pode usar o e-Título, disponível para iPhone e Android nas lojas de aplicativo, seguindo o mesmo caminho de

autoatendimento. Quem ainda não cole-tou a biometria precisa comparecer pessoalmente a um cartório eleitoral, com um documento oficial com foto.

O prazo para pedir, alterar ou cancelar a habilitação vai até 20 de agosto de 2026. Depois de habilitado, o eleitor fica automaticamente desvinculado da seção de ori-gem para aquele turno, mas o título retorna ao local de origem sozinho após a elei-ção, sem necessidade de nova solicitação.

Para tirar dúvidas específicas ou entender se o voto em trânsito se aplica ao seu ca-so, a população pode acessar a página meuvotoemtransito.com.br, que reúne o pas-so a passo completo e conta com uma assistente virtual para esclarecer dúvidas em tempo real.

APITO DE PESO

Raphael Claus será o responsável pela arbitragem do confronto entre CSA e Uberlândia, que vale vaga na Série C de 2027

Árbitro da Copa comanda decisão do CSA pelo acesso

A decisão entre CSA e Uberlândia, pelas quartas de final da Série D do Campeonato Brasileiro, terá um árbitro de experiência internacional no comando. Raphael Claus foi escalado pela CBF para apitar o confronto deste sábado (15), às 17h, no Estádio Rei Pelé, em Maceió.

Um dos três brasileiros presentes na arbitragem da Copa do Mundo de 2026, Claus comandou duas partidas no Mundial. Na fase de grupos, apitou a goleada da Espanha por 4 a 0 sobre a Arábia Saudita. Depois, esteve à frente da vitória dos Estados Unidos por 2 a 0 sobre a Bósnia, na fase de 16 avos de final.

Foi justamente no duelo entre Estados Unidos e Bósnia que o



brasileiro ganhou repercussão internacional ao expulsar o norte-americano Balogun. A decisão provocou pressão política e chegou a envolver o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, enquanto a Fifa posteriormente suspendeu a punição

aplicada ao jogador.

Claus terá Daniel Paulo Ziolli e Anderson José de Moraes Coelho, ambos de São Paulo, como assistentes. O árbitro de vídeo será Rodolpho Toski Marques, do Paraná.

Em campo, o CSA entra pressionado



Árbitro brasileiro Rphael Claus

pela necessidade de reverter a vantagem construída pelo Uberlândia. O time alagoano precisa vencer por dois gols de diferença para garantir o acesso à Série C de 2027 no tempo normal. Se triunfar por apenas um gol, a classificação será decidida nos pênaltis. Ao time mineiro, o empate é suficiente para avançar.

BAQUE NO PARQUE SÃO JORGE

Atacante holandês encerra negociações de renovação, aciona os tribunais para reaver bônus atrasados e coloca clube sob ameaça de punições na FIFA

Memphis Depay rompe com o Corinthians e cobra dívida milionária na Justiça

A Fiel Torcida foi surpreendida nesta quarta-feira (12) com o desfecho definitivo das negociações entre a diretoria do Corinthians e o atacante holandês Memphis Depay. Após frequentes recuos da cúpula alvinegra nas tratativas, o clube oficializou que não renovará o contrato do camisa 10, encerrando uma passagem marcada por grande expectativa e um término conturbado.

Decepcionado com o descumprimento do pré-acordo que vinha sendo alinhado nos bastidores, Memphis Depay e seu estafe tomaram a decisão de acionar a Justiça. A cobrança inicial envolve débitos acumulados entre



R\$ 77 milhões e R\$ 80 milhões em pendências e bônus atrasados.

No entanto, ao somar o valor total previsto na proposta de renovação não cumprida

e os encargos legais, o montante cobrado pelo jogador pode alcançar a impressionante marca de R\$ 180 milhões. O desdobramento financeiro pegou a diretoria de surpresa e

gerou apreensão imediata nos bastidores do Parque São Jorge.

O imbróglio jurídico coloca a gestão corinthiana em situação extremamente delicada. A intenção da equipe do atleta de mover uma ação nos tribunais internacionais da FIFA acendeu o alerta vermelho devido ao risco real de um novo transfer ban, o que impediria o clube de registrar novos reforços na temporada.

A repercussão do caso ultrapassou as fronteiras nacionais e virou manchete nos principais jornais da Europa. Enquanto o departamento jurídico alvinegro articula a defesa, Memphis Depay já passa a ter seu nome especulado em outros gigantes do futebol brasileiro, como Flamengo e Vasco, que monitoram o cenário.

LUTO NO FUTEBOL

Emocionado, o craque argentino homenageia Jorge Messi e admite dificuldades para encontrar forças para continuar a carreira profissional

Lionel Messi publica carta comovente sobre morte do pai e deixa futuro incerto no futebol

O mundo do esporte se uniu em comoção com um forte desabafo de Lionel Messi. O astro argentino publicou uma emocionante carta aberta em homenagem ao seu pai, Jorge Messi, que faleceu há cinco dias. No texto curto e profundo, o camisa 10 expressou a dor devastadora do luto e deixou aberta a dúvida sobre a sua continuidade nos gramados.

A declaração pegou torcedores e a imprensa esportiva global de surpresa. Jorge Messi não era apenas o pai do camisa 10, mas atuou como conselheiro, empresário e o principal pilar de sustentação ao longo de toda a sua vitoriosa carreira, desde os primeiros passos em Rosario. Em trechos marcantes da mensagem, Lionel Messi desabafou sobre a enorme dificuldade de

encarar a rotina sem a presença do pai. O jogador admitiu abertamente que ainda não sabe como seguir em frente e nem se terá motivação psicológica para voltar a jogar futebol profissionalmente. A publicação gerou uma onda imediata de apoio no meio esportivo internacional. Entre as diversas manifestações, o atacante português Cristiano Ronaldo fez questão de enviar uma mensagem

pública de conforto ao colega de profissão, desejando muita força à família do craque argentino. Com o futuro do capitão campeão do mundo em suspenso, o momento no futebol internacional é de absoluto respeito ao período de recolhimento da família Messi antes de qualquer definição profissional.

BILHÕES EM QUADRA

Transação liderada por Bob Iger e Mark Walter quebra recordes no esporte mundial e estabelece novo patamar financeiro na NBA

Los Angeles Lakers fecha venda histórica de US\$ 12,5 bilhões para consórcio de executivos

A NBA registrou nesta quarta-feira (12) a negociação mais valiosa da história do esporte profissional global. A tradicional franquia do Los Angeles Lakers foi vendida por impressionantes US\$ 12,5 bilhões (aproximadamente R\$ 62 bilhões), superando qualquer transação anterior de equipes

esportivas no planeta. O consórcio de compradores é encabeçado pelo renomado executivo Bob Iger, ex-CEO da Disney, em parceria com o investidor Joshua Kushner e o empresário Mark Walter. A nova gestão assume o comando da icônica equipe da Califórnia prometendo expandir a força

comercial do clube e manter o investimento no topo do basquete. O valor recorde estabelecido reflete o aquecimento acelerado do mercado de entretenimento esportivo e a valorização contínua dos direitos de mídia da liga norte-americana. A transação simboliza a entrada definitiva das franquias esportivas em uma era de cifras

astronômicas. A expectativa do mercado e da torcida angelina agora se volta para os movimentos práticos do novo grupo gestor. Espera-se aportes imediatos na modernização das estruturas da franquia e na reformulação do elenco dos Lakers para as próximas temporadas.

ADEUS À NBA

Russell Westbrook anunciou, aos 37 anos, sua aposentadoria após 18 temporadas na NBA. Recordista de triplos-duplos, com 209 na carreira, o armador deixa as quadras com 27.176 pontos, 10.351 assistências e 9.025 rebotes. MVP em 2017, ele também disputou nove All-Star Games e foi eleito nove vezes para o All-NBA.



OFERTA MILIONÁRIA

A Williams prepara uma proposta de € 30 milhões por temporada para renovar com Carlos Sainz, segundo o site italiano Autosprint. O valor seria quase três vezes o salário atual do espanhol, estimado em € 11,5 milhões anuais. A equipe tenta manter o piloto diante do interesse de rivais como Alpine e Aston Martin, enquanto busca recuperar espaço no Mundial de Construtores.



CASA CHEIA

O ASA já vendeu mais de quatro mil ingressos para o duelo decisivo contra o Goiatuba, marcado para domingo, às 17h, no Estádio Coaracy da Mata Fonseca, em Arapiraca. A capacidade atual do estádio é de 10 mil torcedores, e a diretoria alvinegra espera lotação máxima. Uma vitória simples garante ao ASA o acesso à Série C; empate leva a disputa para os pênaltis.



JOGO CANCELADO

A Finalíssima Feminina entre Brasil e Inglaterra, prevista para outubro, foi cancelada por causa do calendário da seleção inglesa, que disputará a repescagem europeia para a Copa do Mundo de 2027. A Seleção Brasileira, porém, terá compromisso na Data Fifa de outubro, e a CBF trabalha para marcar um amistoso. Ainda não existe nova data para o confronto com as inglesas.

